



# CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO

Nº DE INSCRIÇÃO

CONSULTORIA TÉCNICA E PLANEJAMENTO LTDA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

**CARGO: PROCURADOR JURÍDICO**

### **INSTRUÇÕES:**

#### **VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:**

- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 40 (quarenta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. **NÃO** serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas **UMA** resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na **FOLHA DE RESPOSTAS** que você recebeu.

#### **VOCÊ DEVE:**

- Procurar na **FOLHA DE RESPOSTAS**, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na **FOLHA DE RESPOSTAS**, conforme o exemplo:

#### **ATENÇÃO:**

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. **Direitos Reservados.**

## I – LÍNGUA PORTUGUESA

### Ruído de passos

Tinha oitenta e um anos de idade. Chamava-se dona Cândida Raposo.

Essa senhora tinha a vertigem de viver. A vertigem se acentuava quando ia passar dias numa fazenda: a altitude, o verde das árvores, a chuva, tudo isso a piorava. Quando ouvia Liszt se arrepiava toda. Fora linda na juventude. E tinha vertigem quando cheirava profundamente uma rosa.

Pois foi com dona Cândida Raposo que o desejo de prazer não passava.

Teve enfim a grande coragem de ir a um ginecologista. E perguntou-lhe envergonhada, de cabeça baixa:

- Quando é que passa?
- Passa o quê, minha senhora?
- A coisa.
- Que coisa?
- A coisa, repetiu. O desejo de prazer, disse enfim.

– Minha senhora, lamento lhe dizer que não passa nunca. Olhou-o espantada.

- Mas eu tenho oitenta e um anos de idade!
- Não importa, minha senhora. É até morrer.
- Mas isso é o inferno!
- É a vida, senhora Raposo.

A vida era isso, então? essa falta de vergonha?

– E o que é que eu faço? ninguém me quer mais... O médico olhou-a com piedade.

- Não há remédio, minha senhora.
- E se eu pagasse?

– Não ia adiantar de nada. A senhora tem que se lembrar que tem oitenta e um anos de idade.

– E... e se eu me arranjasse sozinha? o senhor entende o que eu quero dizer?

- É, disse o médico. Pode ser um remédio.

Então saiu do consultório. A filha esperava-a embaixo, de carro. Um filho Cândida Raposo perdera na guerra, era um pracinha. Tinha essa intolerável dor no coração: a de sobreviver a um ser adorado.

Nessa mesma noite deu um jeito e solitária satisfez-se. Mudos fogos de artifícios. Depois chorou. Tinha vergonha. Daí em diante usaria o mesmo processo. Sempre triste. É a vida, senhora Raposo, é a vida. Até a bênção da morte.

A morte.

Pareceu-lhe ouvir ruído de passos. Os passos de seu marido Antenor Raposo.

LISPECTOR, Clarice. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

01. O texto de Clarice Lispector, quanto à sua organização interna, estrutura-se como uma sequência classificada como narrativa. Essa afirmativa se justifica conceitualmente com base no que se observa na alternativa:

- a) Ocorre suspensão temporal, pois a análise das informações se dá de forma simultânea, ou seja, não há mudança de estado da personagem.
- b) Ocorre exposição de aspectos fundamentais da personalidade da personagem, de modo a informar o leitor, objetivamente.
- c) Ocorre progressão temporal, já que os dados são sequenciais, isto é, há mudança de estado da personagem.
- d) Ocorre defesa explícita de ponto de vista da autora sobre a análise de tema polêmico, com a intenção de convencer o leitor.
- e) Ocorre uma série de indicações ao longo do texto, com o objetivo de instruir o leitor de como se portar em uma situação como a da personagem.

02. A idade da personagem Cândida Raposo é enfatizada no texto, pois:

- a) Trata-se apenas de um recurso estilístico da autora, para enaltecer a passagem do tempo.
- b) A temática retratada é polêmica, na medida em que não é comum tratar de sexualidade na idade madura, na maioria das vezes.
- c) Há discussão moral e condenatória da manifestação da sexualidade na idade madura em que se encontra a personagem, por parte dos filhos.
- d) O objetivo da autora é apresentar um olhar impregnado de juízo de valor, despertando no leitor uma análise tendenciosa e completamente repulsiva sobre a temática polêmica da sexualidade na velhice.
- e) Confirma-se o arrefecimento total da manifestação sexual na idade avançada em que se encontra a personagem.

03. O texto clariceano se constrói por meio de uma preocupação com a forma, que se reflete no emprego de uma linguagem artística; assim, a imagem simbólica construída na passagem “*Mudos fogos de artifícios.*” (23º parágrafo) estrutura-se com o uso de um recurso estilístico:

- a) Metafórico.
- b) Irônico.
- c) Metonímico.
- d) Comparativo.
- e) Pleonástico.

04. Tendo em vista a unidade de sentido da narrativa, a sequência textual “*Depois chorou. Tinha vergonha.*” (23º parágrafo), assim apresentada, contribui para a progressão das ideias, uma vez que estabelece determinada relação semântica, mesmo sem conectivo explícito. Essa relação semântica poderia ser estabelecida com a ajuda de todos os conectivos apontados abaixo, fazendo-se as adaptações necessárias para unir os dois períodos em um só, com **EXCEÇÃO** da alternativa:

- a) Pois.
- b) Visto que.
- c) Por conseguinte.

- d) Porquanto.  
e) Já que.

05. Analisando-se a estruturação dos períodos que compõem o texto, mais especificamente o período “*Essa senhora tinha a vertigem de viver.*” (2º parágrafo), a oração destacada apresenta uma natureza:

- a) Adjetiva.  
b) Adverbial.  
c) Assindética.  
d) Substantiva.  
e) Sindética.

06. Levando-se em consideração os conhecimentos referentes ao emprego do acento grave indicativo de crase, assinale a alternativa abaixo em que, se houvesse o acréscimo de tal acento no termo destacado, manter-se-ia a correção gramatical:

- a) “**A** senhora tem que se lembrar que tem oitenta e um anos de idade.” (19º parágrafo).  
b) “**A** filha esperava-a embaixo, de carro.” (22º parágrafo).  
c) “Tinha essa intolerável dor no coração: **a** de sobreviver a um ser adorado.” (22º parágrafo).  
d) “É **a** vida, senhora Raposo, é a vida.” (23º parágrafo).  
e) “Até **a** bênção da morte.” (23º parágrafo).

07. No excerto “*É a vida, senhora Raposo, é a vida.*” (23º parágrafo), as vírgulas foram empregadas, já que separam um(a):

- a) Citação.  
b) Vocativo.  
c) Adjunto adverbial deslocado.  
d) Aposto.  
e) Exemplificação.

08. A estrutura verbal em destaque no fragmento “*Fora linda na juventude.*” (2º parágrafo) está flexionada em determinado modo e tempo. Essa mesma flexão se repete no verbo destacado na alternativa:

- a) “A vertigem se **acentuava** quando ia passar dias numa fazenda: (...)” (2º parágrafo).  
b) “A vida **era** isso, então?” (15º parágrafo).  
c) “– E se eu **pagasse**?” (18º parágrafo).  
d) “Um filho Cândida Raposo **perdera** na guerra, era um pracinha.” (22º parágrafo).  
e) “Daí em diante **usaria** o mesmo processo.” (23º parágrafo).

09. O sintagma adverbial “*de carro*”, que consta no excerto “*A filha esperava-a embaixo, de carro.*” (22º parágrafo), assume o valor semântico de:

- a) Meio.  
b) Modo.  
c) Realce.  
d) Tempo.  
e) Causa.

10. A identificação do sujeito do verbo “*haver*”, presente na passagem “– Não **há** remédio, minha senhora.”, encontra-se corretamente apontada em:

- a) Indeterminado.  
b) “remédio”.  
c) Desinencial.  
d) “minha senhora”.  
e) Inexistente.

## II – RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Bob não é bondoso ou Carlos é calvo. Bob é bondoso ou Carlos é calvo ou Alice é amada. Alice é amada ou Carlos não é calvo. Alice não é amada ou Bob é bondoso. Logo,

- a) Alice é amada, Bob é bondoso, Carlos não é calvo.  
b) Alice não é amada, Bob não é bondoso, Carlos não é calvo.  
c) Alice é amada, Bob é bondoso, Carlos é calvo.  
d) Alice não é amada, Bob é bondoso, Carlos não é calvo.  
e) Alice não é amada, Bob é bondoso, Carlos é calvo.

12. Todas as flores são vermelhas. Nenhum rosa é vermelha. Portanto,

- a) Todos as rosas são rosas.  
b) Todas as flores são flores.  
c) Todos as rosas são flores.  
d) Todas as flores são rosas.  
e) Nenhum rosa é flor.

13. A equação  $x^3 + x^2 - 5x + 3 = 0$  possui:

- a) Três raízes reais e idênticas.  
b) Duas raízes reais iguais e uma diferente.  
c) Três raízes reais diferentes.  
d) Não possui raízes reais.  
e) Três raízes irracionais diferentes.

14. Qual o volume da metade do cone reto?

- a)  $196\pi$  cm<sup>3</sup>  
b)  $672\pi$  cm<sup>3</sup>  
c)  $224\pi/3$  cm<sup>3</sup>  
d)  $196\pi/3$  cm<sup>3</sup>  
e)  $225\pi$  cm<sup>3</sup>

15. A prefeitura municipal de Santa Helena – PB necessitou contrair um empréstimo a juros compostos pago em três parcelas, sendo a primeira debitada um mês após a assinatura do contrato com valor de R\$ 14.000 mais os juros de relativos a um mês (contrato postecipado). A taxa nominal de juros foi de 5% ao mês.

Não houve despesas efetivas adicionadas pela instituição financeira. Qual o montante pago pela prefeitura?

- a) R\$ 46.341,75
- b) R\$ 44.135,00
- c) R\$ 48.658,84
- d) R\$ 45.450,50
- e) R\$ 44.570,78

### III – ATUALIDADES

16. Como ficou conhecido a saída do Reino Unido do bloco econômico da União Europeia?

- a) Agreexit.
- b) Doorexit.
- c) Comexit.
- d) Unitexit.
- e) Brexit.

17. Como era chamado o antigo povoado, que se tornou o município de Santa Helena - PB

- a) Canto da Macaxeira.
- b) Canto do Açaí.
- c) Canto do Feijão.
- d) Canto da Farinha.
- e) Canto do Arroz.

18. Estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODDS) compõe uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030. Desses 17 Objetivos, qual é o objetivo número 1?

- a) Igualdade de gênero.
- b) Eliminar a pobreza extrema e a fome.
- c) Energia Limpa e Acessível.
- d) Parcerias e meios de implementação sustentável.
- e) Trabalho decente e crescimento econômico.

19. O ano de 2023 marcou a 95ª cerimônia de entrega do Oscar consagrando com sete categorias, o grande vencedor. Qual o nome do filme que ganhou a maioria das estatuetas do prêmio, incluído o Oscar de Melhor Filme?

- a) Nada de novo no front.
- b) A Baleia.
- c) Avatar: O caminho da água.
- d) Tudo em todo lugar ao mesmo tempo.
- e) Entre Mulheres.

20. Em que ano ocorreu a emancipação política da cidade de Santa Helena – PB?

- a) 1961.
- b) 1950.
- c) 1923.
- d) 1885.
- e) 1980.

### IV- CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

21. Do lançamento e arrecadação, conforme do Art. 22 do Código Tributário Municipal, entende-se que o lançamento do imposto é anual e de ofício, efetuado com base em elementos cadastrais declarados pelo contribuinte ou apurados pelo Poder Executivo e se transmite aos adquirentes do imóvel, salvo se constar da escritura ou certidão negativa de débitos relativos ao imóvel. Sobre o tema, considere os itens:

I - Quando o lançamento for efetuado através de auto de infração, torna-se obrigatório o cadastramento do imóvel com a especificação das áreas do terreno e das edificações, após o julgamento administrativo do feito ou o seu pagamento.

II - O lançamento é efetuado na data da ocorrência do fato gerador e só pode ser alterado, durante o curso do exercício, mediante a constatação de ato ou fato que justifique sua alteração, por possuidor do imóvel, e ainda do espólio ou da massa falida.

III - As alterações do lançamento que impliquem em mudança de alíquota só terão efeitos no exercício seguinte aquele em que foram efetuadas, exceto para os lançamentos via auto de infração.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

22. Da Base de Cálculo e das Alíquotas, conforme Art. 37 do Código Tributário Municipal, a base de cálculo do imposto sobre transmissão de bens imóveis inter vivos é na instituição de fideicomisso, o valor estipulado na ação judicial ou \_\_\_\_\_ do valor venal do imóvel ou do direito transmitido, se maior.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- a) 30%.
- b) 45%.
- c) 55%.
- d) 70%.
- e) 85%.

23. Com base no Art. 5º, inciso LXXII da Constituição Federal, conceder-se-á "habeas-data":

a) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

- b) para partido político com representação no Congresso Nacional.
- c) para organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- d) para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- e) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

24. De acordo com o Art. 5º, inciso LXVII da Constituição Federal, não haverá prisão civil por dívida, salvo:

- a) a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
- b) a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- c) quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- d) o civilmente identificado submetido a identificação criminal.
- e) ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

25. De acordo com o Art. 7º da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- a) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em concordata ocupacional ou empresarial.
- b) garantia de salário, nunca superior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- c) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- d) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção culposa.
- e) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cem por cento à do normal.

26. De acordo com o Art. 7º da Constituição Federal, dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, são proibições, exceto:

- a) de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- b) de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- c) de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

- d) de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- e) de igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

27. Sobre a organização político-administrativa do Estado, analise os itens:

I - A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

II - A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios dar fé aos documentos públicos.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

28. Pela Lei 12153/2009, Art. 10, para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até:

- a) 3 dias antes da audiência.
- b) 5 dias antes da audiência.
- c) 7 dias antes da audiência.
- d) 8 dias antes da audiência.
- e) 10 dias antes da audiência.

29. Das Normas do Processo Civil, em acordo com a Lei 13105/2005, é incorreto afirmar que:

- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- c) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.
- d) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins pessoais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa

humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.  
e) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

30. De acordo com a Lei 13105/2005, não compete à autoridade judiciária brasileira:

- a) o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.
- b) conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- c) em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- d) em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.
- e) processar e julgar as ações em que as partes, expressa ou tacitamente, se submetem à jurisdição nacional.

31. Da Família Substituta, Subseção I, Disposições Gerais, apontado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que:

- a) Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- b) Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.
- c) A colocação em família substituta não admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais, sem autorização judicial.
- d) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de tutela.
- e) Ao assumir a guarda ou a tutela, o responsável prestará compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos.

32. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência define acessibilidade como:

- a) concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.
- b) possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes,

informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- c) produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
- d) adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.
- e) conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.

33. Pela Lei 6766/79, não será permitido o parcelamento do solo:

- a) em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, após de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas.
- b) em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, previamente saneados.
- c) em terrenos com declividade igual ou inferior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- d) em terrenos onde as condições geológicas aconselham a edificação.
- e) em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

34. O Art. 5º, parágrafo único, da Lei 6766/79, aponta que os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado, são considerados:

- a) Sociais.
- b) Cotidianos.
- c) Urbanos.
- d) Municipais.
- e) Imóveis.

35. Analise as assertivas, abaixo, sobre o Decreto-Lei 4657/42:

I – Destinando-se à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

II - Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso.

III - A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

36. O Decreto 6017/2007 define como “reserva”:

- a) contrato preliminar que, ratificado pelos entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público.
- b) aprovação pelo ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público.
- c) ato pelo qual ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções.
- d) saída de ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade.
- e) pacto firmado exclusivamente por entes da Federação, com o objetivo de autorizar a gestão associada de serviços públicos, desde que ratificado ou previamente disciplinado por lei editada por cada um deles.

37.O Decreto 6017/2007 entende como \_\_\_\_\_ as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do texto:

- a) Planejamento.
- b) Rateio.
- c) Gestão associada.
- d) Regulação.
- e) Protocolo de intenções.

18.Pela Lei 10520/2002, Art. 3º, a fase preparatória do pregão não observará o seguinte:

- a) a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as

cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

b) cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas na forma da Lei no 9.755, de 16 de dezembro de 1998.

c) a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

d) dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.

e) a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

39.Pela Lei 13460/2017, das manifestações dos usuários de serviços públicos, Art. 10º, § 2º, quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a ouvidoria, são:

- a) Obrigatórias.
- b) Opcionais.
- c) Suplementares.
- d) Subordinadas.
- e) Vedadas.

40.De acordo com a Lei 13019/2014 considera-se organização da sociedade civil:

I - entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

II - as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999 ; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

III - as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

**MODELO DE GABARITO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

QUESTÕES:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

**RACIOCÍNIO LÓGICO**

QUESTÕES:

11	12	13	14	15

**ATUALIDADES**

QUESTÕES:

16	17	18	19	20

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

QUESTÕES:

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40